

Censura e ideologia de gênero: o novo Index Librorum Prohibitorum

Tatiana Almeida de Andrade Dornelles

Mestre em Criminologia e Execução Penal
pela Universidade Pompeu Fabra/Barcelona.

Especialista em Segurança Pública e
Direito Justiça Criminal pela PUC/RS.

Procuradora da República.

RESUMO: Ao banir de sua plataforma o livro técnico *When Harry Became Sally: Responding to the Transgender Moment*, do pesquisador americano Ryan T. Anderson, a gigante Amazon demonstrou que também aderiu às imposições de censura da ideologia de gênero. No presente artigo são apresentados diversos outros exemplos de censura e perseguições àqueles que

aportam, no meio científico, social e cultural, dados e argumentos que contrariam os dogmas da ideologia de gênero. Em seguida, serão expostos criticamente alguns fundamentos da teoria da censura.

PALAVRAS-CHAVE: Censura. Ideologia de gênero. Liberdade de expressão. Liberdade da ciência.

ENGLISH

TITLE: Censorship and Gender Ideology: the New Index Librorum Prohibitorum.

ABSTRACT: By banning the technical book *When Harry Became Sally: Responding to the Transgender Moment*, by American researcher Ryan T. Anderson, from its platform, the giant Amazon demonstrated that it also adhered to the censorship impositions of gender ideology. In this article, several other examples of censorship and persecution are presented to those who contribute, in the scientific, social and cultural milieu, data and arguments that contradict the dogmas

of gender ideology. Then, some fundamentals of the censorship theory will be critically exposed.

KEYWORDS: Censorship. Gender ideology. Freedom of speech. Freedom of science.

SUMÁRIO

1 Introdução – 2 As censuras e perseguições em prática – 3 A teoria da censura – 4 Considerações finais.

*Where they burn books, they will
ultimately burn people also¹*

Heinrich Heine

¹ Onde se queimam livros, no fim das contas, queimam-se também pessoas.
(tradução livre)

1 INTRODUÇÃO

No início de 2021, a grande plataforma de venda de livros físicos e digitais *Amazon* removeu de sua rede o livro *When Harry Became Sally: Responding to the Transgender Moment*, do pesquisador americano Ryan T. Anderson. O livro pertenceu ao catálogo da companhia por três anos, desde seu lançamento em 2018, e foi banido da plataforma sem aviso prévio, sem nota explicativa e sem resposta ao pedido de justificção do autor à retirada de sua obra do catálogo.

Embora a situação pareça absurda, não é totalmente surpresa. *When Harry Became Sally: Responding to the Transgender Moment* comete o que parece ser a grande heresia dos últimos três anos, merecendo assim o selo sacerdotal de blasfêmia. A obra coloca em suspeita os dogmas da ideologia de gênero, questionando uma série de preceitos basilares dessa dissimulada seita moderna. Entre os temas mais sensíveis aos fiéis, o autor questiona a possibilidade real de alguém transformar-se no sexo oposto; se o sentimento interno muda a realidade; se o melhor tratamento para quem apresenta sintomas de disforia de gênero é a transição por hormônios e cirurgias; e,

o pior de tudo, expõe relatos de várias pessoas que se arrependeram da transição.

O livro é essencialmente técnico, sendo elogiado publicamente por pesquisadores e professores do Johns Hopkins Hospital, da Columbia Medical School, da NY University, da Boston University, da Harvard Law School, de Oxford University, de Princeton, entre outras instituições. Não obstante o significativo reconhecimento, a obra de Ryan T. Anderson, pesquisador da Heritage Foundation e hoje presidente do Ethics and Public Policy Center, foi tachada de *discurso de ódio*.

Infelizmente, a censura a Ryan T. Anderson não é um fato isolado e não está circunscrita à *Amazon*. Como será relatado adiante, a ideologia de gênero tornou-se um dos maiores movimentos políticos organizados do mundo, promovendo mudanças em legislações e criando os mais paradoxais precedentes judiciais, inclusive no Brasil. Os avanços nas conquistas de suas demandas, que, em regra, apenas tangenciam os processos democráticos ortodoxos, não é um fato a se preocupar tanto quanto a ausência do debate aberto sobre o tema.

Ameaças de “cancelamento”, perseguições a profissionais, amordaçamento de cientistas, desincentivo a

pesquisas, censuras diversas e constante rotulação de questionamentos, como transfobia ou discursos de ódio, são a tônica do novo *Index Librorum Prohibitorum* de gênero: a censura moderna e não oficial a quem não se alia aos dogmas da ideologia de gênero.

2 AS CENSURAS E PERSEGUIÇÕES EM PRÁTICA

Por menos de cinquenta reais, é possível adquirir um exemplar digital do livro *Mein Kampf* (Minha Luta)², de autoria de Adolf Hitler, na mesma plataforma que banuiu *When Harry Became Sally*. O líder do Terceiro Reich, o *Führer*, escreveu esse *bestseller* durante sua estada na prisão de Landsberg, após a tentativa frustrada de golpe em Munique. A obra é um manifesto do que o então cabo Hitler entendia sobre o nacional-socialismo, sobre seus ressentimentos com o povo judeu e já continha suas ideias sobre eugenia, aprimoramento da raça e conquista do necessário espaço vital.

A publicação de *Mein Kampf* foi proibida por diversos países. Questionada sobre a polêmica de manter a venda da

² Conferir em https://www.amazon.com.br/Minha-Luta-Mein-Kampf-ebook/dp/B08Y69PX9L/ref=sr_1_9?__mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&dchild=1&keywords=hitler&qid=1616955473&sr=8-9. Acesso em: 28 mar. 2021.

autobiografia do líder nazista, um representante da *Amazon* respondeu que "Como livreiros, oferecemos aos clientes acesso a uma variedade de pontos de vista, incluindo títulos que desempenham um papel educacional importante na compreensão e prevenção do antissemitismo" (HARTMANS, 2020).

A preocupação com a variedade de pontos de vista não permeia a empresa *Amazon* quando se trata de ideologia de gênero. De fato, ao buscar pelo livro *When Harry Became Sally*, a plataforma agora oferece o livro *Let Harry Become Sally: Responding to the Anti-Transgender Moment*³, de uma militante chamada Kelly R. Novak. Como o título indica, o livro de Kelly é uma resposta ao livro atualmente censurado pela *Amazon* e advoga pela perspectiva contrária ao livro banido.

Em tese, uma empresa privada não teria interesse em deixar de vender um produto que pode ser demandado em outras lojas. De fato, não é possível afirmar que *When Harry Became Sally* foi banido do mundo literário, embora, quando a maior distribuidora atual de livros “deleta” a referência de uma obra, há obviamente um menor alcance do conhecimento de sua

³ Verificar em: https://www.amazon.com.br/Let-Harry-Become-Sally-Anti-Transgender/dp/1948785056/ref=sr_1_2?__mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&dchild=1&keywords=when+harry+became+sally&qid=1616970932&sr=8-2 . Acesso em: 28 mar. de 2021.

existência por potenciais leitores. Mas a censura a qualquer material que ponha em dúvida os alicerces da ideologia de gênero começou antes.

O meio acadêmico em geral, ora de forma sutil e indireta, ora de forma bastante direta, desincentivava investigações que desviem da conclusão esperada de que o gênero autoproclamado por alguém deve ser legitimado indiscutivelmente. Este posicionamento é refletido nas publicações acadêmicas que, de forma quase unânime, mantêm uma narrativa uníssona sobre os problemas envolvendo pessoas trans. De forma mais específica, por exemplo, é bastante difícil romper o mantra acadêmico de que homens com identidade subjetiva feminina devam ser tratados como mulheres, para qualquer fim (DORNELLES, 2020).

No Reino Unido, um grupo de professores e pesquisadores assinaram uma carta expressando sua preocupação com a "supressão da análise acadêmica adequada e da discussão sobre o fenômeno social do transgênerismo e suas múltiplas causas e efeitos". Eles também denunciam que os membros do grupo sofreram "protestos no campus, reivindicações de demissão na imprensa, assédio, conspirações frustradas para causar demissões, falta de plataformas e

tentativas de censurar pesquisas e publicações acadêmicas”. Eles consideram que esses ataques "estão em desacordo com a recepção ordinária de ideias críticas na academia, onde normalmente se aceita que o desacordo é razoável e até produtivo" (THE GUARDIAN, 2018).

O ataque à ciência também é denunciado pela neurocientista Debra W. Soh, que decidiu afastar-se das universidades por não possuir a liberdade necessária para suas pesquisas. Segundo a pesquisadora, “dois grupos com filosofias muito diferentes têm ignorado a ciência em nome do avanço da igualdade: feministas de gênero e ativistas transgêneros” (SOH, 2017). Não obstante o vasto currículo da PhD em neurociência e sua larga pesquisa junto à York University, Debra Soh sofre constantes ataques de ativistas transgêneros. A chamada para episódio em que a acadêmica foi entrevistada por Joe Rogan, entrevistador de maior renome no mundo dos *podcasts*, teve sua visualização bloqueada pelo Twitter em 2020 (VAUGHAM, 2020).

No Reino da Espanha, a comunidade autônoma das Ilhas Canárias, por meio da Lei 8/2014, art. 14, parece ter estabelecido oficialmente a censura quando determinou que as universidades devem evitar a “difusão de teorias e ideologias

que negam a identidade de gênero das pessoas transexuais” (BOE 281, 2014).

Embora ainda disponíveis na plataforma *Amazon*, os livros *The Transsexual Empire* (1979), de Janice Raymond, e *Gender Hurts*, de Sheila Jeffreys, renderam ataques e perseguições contra as autoras. Janice Raymond, professora emérita de estudos sobre mulheres e ética médica na Universidade de Massachusetts Amherst, apela àqueles que realmente seriam abertos e sensíveis ao transexualismo a assumirem posições informadas, honestas e sensíveis a todas as questões envolvidas (RAYMOND, 1979).

Sheila Jeffreys, professora associada de Ciência Política da Universidade de Melbourne, Austrália, denuncia que a transgenerização de adultos e crianças normalizou-se, mas com poucas críticas. Segundo Jeffreys, os críticos são rotulados como transfóbicos, "sujeitos a campanhas de difamação na Internet e, em alguns casos, ativistas transgêneros tentam expulsar essas pessoas insubordinadas de seus empregos ou ameaçar sua reputação" (JEFFREYS, 2014, p. 2). Ela dá o exemplo do psicólogo J. Michael Bailey, que publicou o livro *The man who want to be queen* e sofreu uma grande campanha de difamação, esta incluiu a colocação de fotos de seus filhos em um *site* da

internet com legendas insultantes (p. 32). A própria autora conta episódios nos quais foi impedida de falar em conferências e eventos (p. 55), além de denunciar o assédio sofrido por aqueles que expõem seus arrependimentos ao fazer a transição (p. 74).

O artigo de Julian Vigo sobre o transativismo e ataque à ciência, publicado pela revista *Quillette* (VIGO, 2018), traz uma lista de exemplos de censura nas universidades. As histórias são múltiplas: (a) o caso de Rebecca Tuvel, que foi assediada por ativistas e acadêmicos trans depois de escrever um artigo comparando a ideologia transgênera à ideia de "transracionalismo"; (b) a Brown University, em Providence, Rhode Island, que cedeu à pressão da militância trans e cancelou um comunicado de imprensa sobre um estudo revisado por pares, publicado no *PloS One* pela pesquisadora médica Lisa Littman, sobre o chamado *Rapid Onset Gender Dysphoria*, que é o fenômeno pelo qual as redes sociais e a pressão dos colegas parecem ter alimentado a tendência dos adolescentes de se declararem transgêneros; (c) a bioética e historiadora Alice Dreger, da Northwestern University, que publicou um livro analisando o caso mencionado de Michael Bailey e, por tal razão, sofreu ameaças pessoais e foi submetida a procedimentos éticos em sua universidade; (d) o experiente psicólogo James

Caspian, que foi forçado a retirar sua proposta de pesquisa sobre a reversão da transição de transgêneros na Universidade de Bath Spa, por "temores de uma reação violenta de ativistas transgêneros"; (e) o caso já conhecido de Lindsay Shepherd, que foi assediada por um supervisor pelo "delito" de sugerir que o debate sobre o uso de pronomes em relação a transgêneros era legítimo; (f) o caso de Angelos Sofocleous, um estudante de mestrado em filosofia na Universidade de Durham, que foi demitido da função de editor-assistente de um jornal por "retuitar" em sua conta particular: "RT se mulheres não têm pênis", entre outros casos.

Ainda, o mesmo artigo relata o caso surpreendente do pesquisador transgênero Natacha Kennedy, da Goldsmiths University of London, que, utilizando pseudônimo, orquestrou uma campanha de difamação destinada contra as mulheres acadêmicas no Reino Unido que se recusaram a ajustar-se à ideologia transgênera, formando um grupo para tentar remover essas mulheres de seus empregos.

O caso mais assustador, porém, envolve o pesquisador e psicólogo canadense Kenneth Zucker. O pesquisador possuía extensa experiência clínica de tratamento com crianças no *Centre for Addiction and Mental Health* (CAMH), em Toronto,

e publicava sobre a desistência – conformação com o sexo de nascença – entre crianças com disforia de gênero. O resultado das investigações de Zucker, que conclui pelo desacerto da abordagem de afirmação de gênero, o levou a sofrer uma longa campanha de desinformação e, ao final, a perder seu posto de trabalho, vindo a ter fechada a clínica em que tratava as crianças⁴.

Todo relato acima mostra o comprometimento do livre debate nas universidades. Com os movimentos sociais e nos círculos culturais não é diferente.

O *Fair Play for Women*, que é um grupo de mulheres no Reino Unido, afirma que vários profissionais, como médicos, psicólogos, assistentes sociais, estão com medo de expressar dúvidas ou de se posicionar contra algumas questões da agenda transativista. A razão é haverem observado ou experimentado diretamente campanhas de assédio ou perseguições injustas, com pessoas perdendo seus empregos e organizações perdendo seus fundos. O documento produzido por essa organização, que

⁴ O documentário *Transgender Kids: Who Knows Best?*, produzido pela BBC, foi banido do Canadá (e não está disponível no Youtube). Produzido no estilo jornalístico, com entrevistas de profissionais e pais, o documentário comete a atual heresia de mostrar os dois lados da questão. A produção encontra-se ainda disponível na plataforma <https://www.dailymotion.com/video/x58s24i>. Acesso em: 28 mar. 2021.

trata dos espaços de acolhimento para mulheres vítimas de violência física ou sexual (FAIR PLAY FOR WOMEN, 2018), mostra uma série de ataques sofridos por mulheres que atuam em organizações feministas que questionam a agenda transativista (p. 32-36), incluindo mulheres vítimas de violência machista que foram perseguidas por não aceitarem dividir um quarto com um transexual.

Uma simples pesquisa na internet pelo termo *Die Cis Scum* (morra escória cis, traduzido do inglês) mostrará que esta é uma frase popular de ameaça entre a comunidade transgênera e é voltada principalmente contra mulheres e feministas que têm uma visão crítica da pauta do movimento transgênero. Infelizmente, é possível encontrar episódios de mulheres feministas sendo agredidas fisicamente por transativistas em eventos associativos⁵. Isso também acontece com o termo TERF⁶ (transgender-exclusionary radical feminist/ feminista radical trans-exclusora), expressão depreciativa de que foram

⁵ Disponível em: <https://www.feministcurrent.com/2019/04/02/interview-radical-feminism-and-trans-activism-clash-violently-in-argentina/> e ainda catalogados por <https://www.facebook.com/DRradfem/> e por <https://fairplayforwomen.com/>.

⁶ Ver <https://terfisaslur.com/> e <https://femnaci.blogspot.com/2019/02/sobreviviendo-la-violencia-del.html>.

vítimas inclusive a escritora feminista nigeriana Chimamanda Ngozi⁷ e a escritora JK Rowling⁸.

O caso da escritora JK Rowling também é digno de nota. Famosa pela série de livros do Harry Potter, atualmente, sob o pseudônimo Robert Galbraith, a autora escreve uma série de livros cujo personagem principal é o detetive Cormoran Strike. Em seu antepenúltimo livro, chamado *Vocação para o Mal*, a investigação de Strike o leva a uma subcultura construída em torno de pessoas que querem tornar-se fisicamente deficientes. Em fóruns ocultos, eles discutem as operações que planejam obter a fim de manifestar as deficiências que acreditam já possuir espiritualmente (são deficientes presos em corpos saudáveis), e reclamam amargamente que o resto do mundo não entende sua situação. Esse transtorno mental não foi obra da imaginação da autora, nem a existência de associações que lutam pelo reconhecimento de seus membros como deficientes e pelo direito de tornarem-se cegos, surdos, paraplégicos etc, através de intervenção médica (BOESVELD, 2015). Os

⁷ Ver <https://www.theguardian.com/books/2017/mar/21/chimamanda-ngozi-adichie-nothing-to-apologise-for-transgender-women> .

⁸ Conferir em:

https://www.reddit.com/r/lgbt/comments/aogo7k/jk_rowling_is_not_an_lgbt_ally_shes_a_terf/ .

transdeficientes, cuja “lógica” da reivindicação é igual à transativista, acaba por expor negativamente o movimento.

Mas a fúria contra a autora foi mais enfática quando ela se posicionou contra a possibilidade de homens biológicos que se consideram mulheres poderem utilizar os espaços femininos. E o rompimento fatal da autora com os ativistas ocorreu após o lançamento do último livro, em que o assassino em série veste-se de mulher a fim de conquistar a confiança das vítimas. Ao conservar acessórios e peças de roupa como souvenir, ele sente que rouba uma suposta "essência" das mulheres.

Talvez como mais um espelho da censura cultural, a detentora dos direitos de adaptação para televisão da série baseada nos livros do detetive, transmitida atualmente pela HBO, modificou toda a trama baseada em *Vocação para o Mal* e excluiu os personagens e as alusões aos transdeficientes. O que acontecerá com a adaptação do último livro ainda não se sabe, mas não será surpresa se as semelhanças com o texto original se limitarem aos nomes do detetive e de sua assistente.

Os exemplos arrolados acima aconteceram em países estrangeiros, mas no Brasil o caminho parece ser o mesmo. Começemos pelo mais grave. O Supremo Tribunal Federal, desrespeitando os ensinamentos mais básicos do direito penal –

nullum crimen, nulla poena sine praevia lege – criou o crime de homotransfobia por precedente judicial. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n.º 26, o STF decidiu pelo enquadramento imediato das práticas de homofobia e transfobia no conceito de racismo. Mesma conclusão chegada conjuntamente nos autos do Mandado de Injunção 4733, cuja ementa prenuncia que a “discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, tal como qualquer forma de discriminação, é nefasta, porque retira das pessoas a justa expectativa de que tenham igual valor”.

Não desconhecendo que existem verdadeiras condutas criminosas em relação a qualquer minoria desfavorecida, resta a dúvida dos limites dessa tipificação. Dizer fatos como que uma “mulher trans” é um homem biológico é crime? Um homem não querer relacionar-se sexualmente com pessoas do sexo masculino que se sintam mulheres é considerado discriminação? Uma mãe não aceitar contratar um travesti como babá de seu filho é uma atitude nefasta, passível de ação penal? Pesquisas estatísticas que indicam que transgêneros mantêm padrão criminal compatível com seus sexos biológicos, e não com o gênero declarado, são transfóbicas (DORNELLES, 2020)? Estatísticas, medicina, biologia, teoria evolucionária,

epidemiologia são todas ciências discriminatórias? Para os militantes talvez sim, e parecem que atuam para mudar isso.

Em 2020, o médico Drauzio Varela protagonizou uma campanha emotiva denunciando que “mulheres trans” ainda se viam presas em penitenciárias masculinas. O ponto alto desta matéria jornalista foi o abraço que o médico deu em um transexual chamado Suzy, nome social de Rafael Tadeu de Oliveira dos Santos. Fato omitido, no entanto, é que Rafael foi preso pelo estupro e assassinato, em 2010, de um menino de 9 anos de idade. Drauzio Varela exerceu sua liberdade de posicionamento político. Porém, como médico, o Dr. Drauzio Varela é submetido ao Código de Ética Médica. E este foi violado, não no caso Suzy, mas no artigo e vídeo publicado pelo médico em seu site pessoal (<https://drauzioarella.uol.com.br/drauzio/artigos/ideologia-de-genero-artigo/>).

Em uma postagem panfletária sobre “ideologia de gênero”, o médico, além de misturar alhos com bugalhos (mais especificamente transgeneridade e homossexualidade), aporta informações falsas. É a *Fake News* do Drauzio. Duas delas são indesculpáveis para um técnico da área, uma evidente violação

do dever médico de não divulgar informação de conteúdo inverídico (art. 112 do Código de Ética Médico).

A primeira trata-se do seguinte trecho:

Para contextualizar a coluna de hoje, leitor, não falarei de aspectos comportamentais ou culturais, resumirei apenas alguns fenômenos biológicos ligados à sexualidade, uma vez que a diferenciação sexual é fenômeno de altíssima complexidade, em que estão envolvidos fatores hormonais, genéticos e celulares. Até a quinta semana de gestação, o embrião é assexuado. Só a partir da sexta semana é que as gônadas começam a se diferenciar.

O autor aqui, para defender a ideia de que a diferenciação sexual não é muito definida, omitiu dolosamente a informação que esse embrião assexuado já apresenta desde a concepção a definição de seu sexo. O espermatozoide que fecunda o óvulo já carrega em si o cromossomo X ou Y, que definirá o sexo do feto. Não ocorre uma sexualização espontânea na 5ª semana, como deixa erroneamente subentendido no texto.

O segundo trecho com informação falsa é o seguinte:

Por outro lado, o conceito de que o sexo seria definido pela presença ou ausência do cromossomo Y é uma simplificação. Muitas

vezes, os cromossomos sexuais não se distribuem igualmente entre as células do embrião. Da desigualdade, resultam homens com células XX em alguns órgãos e mulheres com cromossomos XY.

Talvez você não saiba, caríssima leitora, que fetos masculinos liberam células-tronco XY que cruzarão a placenta e se alojarão até no cérebro de suas mães, para sempre.

Em um raciocínio falacioso, o Dr. Dráuzio quer afastar o conhecimento biológico mais básico: a espécie humana é dividida em sexo masculino e feminino, e é justamente a presença ou ausência do cromossomo Y que define o sexo da pessoa. Eventuais alterações cromossômicas, como nos raros casos dos indivíduos intersexuais, ou essas anedóticas situações de mães que acoplam células masculinas na gestação de seus filhos, não afastam a verdade que a espécie humana é formada de mulheres (XX) e homens (XY).

O empobrecimento das noções básicas de biologia parece estar alastrando-se nas áreas mais sensíveis. É o que sugere o resultado de pesquisa realizada entre formandos de educação física, em 2018, que buscou a percepção dos profissionais sobre a permissão de atletas trans nas olimpíadas. O resultado obtido foi que os profissionais possuem pouco conhecimento sobre a temática e que houve pouca abordagem do assunto na

graduação, porém a maioria concorda com as regras estabelecidas pelo Comitê Olímpico Internacional (FERNANDES; JEREMIAS, 2019). Ou seja, profissionais saem das faculdades de educação física e sequer sabem as diferenças morfológicas e de performances atléticas entre homens e mulheres? Ou sabem, mas possuem temor de represálias? Nenhuma das situações é aceitável.

O universo das publicações jurídicas também parece censurar o debate. Não foram encontradas publicações que questionem os riscos e impactos sobre as mulheres das demandas dos transgêneros. É o caso do acesso a espaços exclusivamente femininos, como banheiros, vestiários e prisões. Os pareceres que esta autora recebeu, após enviar, para avaliação da Revista de Informação Legislativa do Senado, artigo questionando a transferência de travestis e transgêneros no âmbito da ADPF 527⁹, foram bem paradigmáticos desse momento de supressão do debate. Vejamos alguns trechos:

Entretanto, no item 4, ao expressar suas opiniões sobre o tema de fundo, o(a) autor(a) passa a

⁹ Convido o leitor a conferir o artigo alvo das avaliações citadas. Em 2021, o mesmo texto, com pequenas atualizações, foi publicado na Revista Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União, edição 55, disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-55-janeiro-dezembro-2020>

adotar uma linguagem bastante pessoalizada e muitas vezes até desrespeitosa, como, por exemplo, quando ao se referir às mulheres transgêneros, ao invés de se referir a elas dessa maneira, como se espera em uma abordagem científica e jurídica, refere-se a elas utilizando a expressão “homens biológicos”, de forma totalmente desrespeitosa a essa categoria social e às suas lutas por direitos, com o claro objetivo de induzir o(a) leitor(a) a pensar de forma discriminatória em relação a essas mulheres, em clara afronta aos atuais tratados internacionais de direitos humanos, à Constituição Federal e às mais recentes decisões do STF e dos órgãos internacionais de direitos humanos sobre o tema.

Esse primeiro parecerista entende que utilizar a expressão “homens biológicos”, além de ser desrespeitoso, não é o que se espera de uma abordagem científica e jurídica. Além disto, embora esteja na condição de avaliador, refere-se a um tratado internacional inexistente sobre direitos transgêneros. O segundo avaliador o supera em seu alinhamento ideológico:

A qualidade do artigo é muito baixa. Embora faça uma boa descrição das peças processuais analisadas, tem falhas metodológicas/formais muito graves. Com efeito, refere-se a todo momento a "transmulheres" a todo tempo como "homens biológicos" (sic), sem considerar as decisões do STF (ADI 4275 e RE 670.422/RS) e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Opinião Consultiva 24/17), que reconheceram o direito de pessoas transgênero a serem reconhecidas de acordo com a identidade de

gênero com a qual se identificam, por sua simples autopercepção, à luz do direito humano ao livre desenvolvimento da personalidade.

(...)

Embora se refira a todo momento às "transmulheres" como "homens biológicos" (sic), o artigo não traz nenhuma citação a obras do feminismo, seja para discordar, seja para discordar de sua posição. Um artigo científico que visa negar a feminilidade das mulheres transexuais precisa, no mínimo, citar algo das inúmeras discussões sobre o que significa ser "mulher", desde Simone de Beauvoir, Judith Butler e muitas outras teóricas femininas.

(...)

Outra falha metodológica muito grave é ficar se referindo a mulheres transexuais como se tivessem a mesma força de "homens biológicos" (p. 17). Ora, é fato notório que elas fazem hormonização que lhes retira muito de sua força, equiparando-as às mulheres cisgênero, o que fez o Comitê Olímpico Internacional permitir a participação das mulheres transexuais nos esportes femininos se fizerem a hormonização adequada.

Para esse segundo parecerista, mesmo em um artigo que busca argumentar pelo direito de proteção das mulheres presas, é necessário alinhar-se ao dogma de que basta um homem declarar-se como mulher, que mulher ele é. Ademais, para utilizar conhecimentos básicos de biologia, é necessário citar feministas do pós-modernismo. Certamente as feministas radicais, como Janice Raymond e Sheila Jeffreys, não serviriam ao propósito (JEFFREYS, 2014; RAYMOND, 1979). Por fim, o

avaliador ainda chamou de falha metodológica o reconhecimento da injustiça das competições esportivas entre pessoas nascidas homens e pessoas nascidas mulheres. Excetuando-se militantes e recém-formados em educação física, há amplo reconhecimento das diferenças das performances de transgêneros nos esportes femininos, mesmo após supressão de testosterona (HILTON; LUNDBERG, 2020).

A verdade e o livre debate estão perdendo espaço para a ideologia. Será um novo *Index Prohibitorum*?

3 A TEORIA DA CENSURA

O aumento dos livros impressos e a eclosão da Reforma Protestante aumentaram a pressão sobre a Igreja Católica para conter a crescente onda de escritos que ameaçavam inundar a autoridade espiritual e política de Roma. Foi nesse ambiente de ansiedade que o Concílio de Trento foi convocado em 1545 e finalmente dissolvido em 1563. Embora a revisão da política de censura da Igreja não fosse de forma alguma a atividade principal do Concílio, foi uma parte importante de sua missão geral, que foi a difícil tarefa de se opor à Reforma. Antes disso, a história da censura cristã resumia-se a apenas tentativas

esparsas de censurar obras de autores individuais, de forma não sistemática (LENARD, 2007).

No Concílio de Trento foram elaboradas regras de impressão, venda e censura de livros. Essas “regras tridentinas” foram acompanhadas por uma lista de livros proibidos e, juntos, formaram o primeiro *Index Librorum Prohibitorum* (1564). A última edição do índice foi publicada em 1948 e o Index só foi abolido pela Igreja Católica, em 1966, pelo Papa Paulo VI.

Fizeram parte do grupo censurado: Galileu Galilei, Nicolau Copérnico, Giordano Bruno, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdão, Baruch de Espinosa, John Locke, Berkeley, Denis Diderot, Blaise Pascal, Thomas Hobbes, René Descartes, Rousseau, Montesquieu, David Hume, Immanuel Kant, Laurence Sterne, Heinrich Heine, John Milton, Alexandre Dumas (pai e filho), Voltaire, Jonathan Swift, Daniel Defoe, Vitor Hugo, Emile Zola, Stendhal, Gustave Flaubert, Anatole France, Honoré de Balzac e Jean-Paul Sartre.

A história dos livros proibidos não se circunscreve à temática religiosa. Em tempos mais recentes, a União Soviética, a Alemanha nazista, a ditadura grega (1967-1974) e o regime de *apartheid* da África do Sul produziram listas semelhantes ao *Index Librorum Prohibitorum*. Foi uma forma potente de

censura que serve como um claro aviso aos editores, livreiros e leitores de que certos textos são tabus oficiais e que a violação das normas pode resultar em formas de punição extremamente severas, incluindo a morte (PETLEY, 2007).

Na Rússia stalinista, além da "censura comum", dirigida à eliminação de produtos culturais inconvenientes, um princípio secundário bastante único começou a tomar forma. A censura soviética na década de 1930 passou também a controlar as interpretações dos produtos que podiam circular na sociedade, garantindo e forçando uma interpretação única de determinado produto cultural e erradicando a possibilidade de leituras divergentes (PLAMPER, 2001).

A censura da literatura é uma forma de regulação cultural. A repressão de significado cria novos significados (SINGH, 2020). Embora a censura seja uma força limitadora em qualquer lugar, em um regime autocrático, ela é normalizada a ponto de ser considerada uma parte legítima da máquina oficial. Em regimes como esses, a liberdade de expressão é inexistente e as pessoas têm consciência disso. Mas quando a censura não é oficial?

A discussão sobre censuras não estatais e não religiosas já estava presente na cena do século XVIII. Thomas Paine,

político britânico e um dos pais fundadores dos Estados Unidos, defendia que os jornais privados eram um "assunto público" e que havia uma diferença significativa entre o exercício do poder editorial e a liberdade de imprensa. Ao ter recusada a publicação de vários de seus artigos em um jornal da Pensilvânia, Paine lamentou o fato de que a liberdade de imprensa esteja nas mãos de um editor e não, dos leitores (PETLEY, 2007).

Dois casos protagonizados pelo grande empresário da mídia Rupert Murdoch são interessantes. Em março de 1994, depois que certas notícias sobre a China na BBC World incomodaram os governantes do país, com quem Murdoch estava tentando fazer negócios, ele simplesmente tirou o canal de seu serviço de satélite Star. Assim, o canal deixou de ser acessível aos telespectadores chineses. Já em 1998, Murdoch descobriu que uma de suas editoras, a *HarperCollins*, estava publicando o relato de Chris Patten sobre seus dias como o último governador britânico de Hong Kong. Como esse relato desagradaria seus sócios chineses, o contrato de Patten foi sumariamente cancelado (PETLEY, 2007).

Isso nos leva a considerar as forças de mercado e as pressões comerciais como verdadeiros agentes de censura. Quem detém o poder da comunicação, quando encontra

informações que considera perturbadoras ou inconvenientes, se pergunta: "O que posso fazer para garantir que outras pessoas não vejam essas informações?" (KNOX, 2017).

A esperança da liberdade de expressão, sem a interferência do estado, da religião ou do poderio econômico, foi depositada nas mídias digitais. Redes sociais abertas, de fácil acesso, de comunicação imediata, um ambiente propício para troca de ideias, para mobilização dos indivíduos e o mais importante, um espaço alternativo para se opor aos discursos dominantes.

Nem estados ditatoriais escapariam desse destino de libertação, e a Primavera Árabe seria um símbolo. Mesmo a China, que até hoje não permite a internet livre, sentiu o peso da mobilização social digital. Em 13 de abril de 2018, o conglomerado chinês de mídia Sina anunciou uma campanha de três meses para "limpar" de sua rede social Weibo conteúdo ilegal ou imoral, incluindo tópicos relacionados à homossexualidade. Isso levou a uma campanha em massa de usuários postando os dizeres #IamGay#, o que levou a empresa a retirar esse aspecto da limpeza moral (LIAO, 2019).

Contudo, a grande discussão atual decorre das atuais práticas das chamadas *Big Techs*, grandes empresas de mídia

digital, de bloquear usuários e conteúdos que elas entendem impróprios. Embora não haja dúvidas que certos conteúdos devam ser retirados da plataforma como pedofilia, *porn revenge*, incitação à violência, a grande pergunta é: quem decide o que é impróprio ou não? Quem foi eleito o grande censor?

O assunto é polêmico, extenso e interessantíssimo. Deve ser mais bem desenvolvido, mas certamente passará pela discussão da natureza dessas empresas: são plataformas ou editoras? Se são plataformas, não são responsáveis pelos conteúdos postados, embora deva ter uma política clara de retirada de conteúdo, com regras previamente conhecidas e com direito de defesa – o que não ocorre hoje. Se são editoras, podem decidir discricionariamente o que publicarão ou não, mas se tornam responsáveis pelo conteúdo. O que não é aceitável é a atual condição de melhor dos dois mundos, em que Facebook, Twitter, Youtube podem decidir inclusive se determinado tratamento recomendado por médicos é *fakenews* ou não.

Outro tema que merece mais aprofundamento é a Teoria da Nova Censura. Essa teoria derruba um modelo paradigmático no qual a censura constitui uma intervenção extraordinária e repressiva na norma padrão da “liberdade de expressão” (BUNN, 2015). Parte-se do pressuposto de que a censura não é

um fluxo unidirecional de poder dos censores para os censurados e começa com a noção de que a censura não é mais nem menos do que uma das forças que moldam a circulação cultural (PLAMPER, 2001). A censura não apenas descarta o que não gosta, a censura molda a cultura.

Contudo, a cultura que se busca impor pela censura causa incontáveis prejuízos. Há algum tempo discutem-se os efeitos do policiamento do “politicamente correto” em várias áreas do conhecimento: a censura ao debate sobre transgêneros é apenas um braço do que alguns chamam de “guerra cultural”. O politicamente correto é a tentativa de influenciar o discurso público, obrigando as pessoas a falar ou pensar em certas categorias ou termos (MOLLER, 2019). Quando há essa limitação, o primeiro prejuízo é sofrido pela ciência, especialmente quando dissuade o essencial debate de ideias por meio de perseguição, desmonetização e rotulação de eventuais opositores (HUNTER, 2005).

A discussão sobre a ideologia nos ambientes acadêmicos não é recente, embora os efeitos estejam mostrando seus piores resultados agora. Há mais de trinta anos já se discute a guerra cultural sendo deslocada pelos militantes do eixo “comunismo *versus* capitalismo” para a imposição do “politicamente correto”

(LOURY, 1994). Porém, o que mais pode gerar prejuízos para a sociedade e para o desenvolvimento científico, especialmente a longo prazo, é a introjeção da censura. É quando o sujeito voluntariamente limita seu raciocínio, para não se desviar da conformidade social. É o que parece ocorrer atualmente com quem não contesta imposições sociais obviamente falsas.

Nesse sentido, e voltando ao tema principal deste artigo, a imposição dos dogmas transgêneros alcançou o que antes foi uma das organizações civis mais importantes do mundo. A *American Civil Liberties Union* (ACLU), entidade de referência de muitas lutas pelas liberdades civis nos EUA, aderiu às proposições da militância e classificou de discriminatórias, danosas e anticientíficas as leis que protegem mulheres nos esportes, contra a crescente invasão de pessoas do sexo masculino. Segundo a entidade há “mitos” a serem rejeitados, como os de que há homens e mulheres e de que atletas masculinos têm vantagens físicas sobre as atletas do sexo feminino (SNOW, 2021). Aparentemente, a ACLU tornou-se o novo Ministério da Verdade orwelliano (ORWELL, 1949).

John Stuart Mill, no livro *Sobre a liberdade* (MILL, 1962), de 1859, argumentou que a total liberdade para professar e discutir qualquer doutrina é necessária, por mais imoral que

possa ser considerada. De acordo com ele, o "mais grave destas infrações é discutir de uma maneira sofisticada, suprimindo fatos ou argumentos, expondo de uma maneira imprecisa os elementos do caso, ou deturpando a opinião contrária" (p. 67). Ou seja, é essencial lançar luz sobre todas as ideias, para que as más ideias possam ser afastadas pela coerência, pela racionalidade, pela ciência e que não permaneçam nas trevas da repressão.

Normalmente, a censura, a manipulação e a eliminação daqueles que pensam diferentemente são os mecanismos de controle nos estados totalitários e nas ditaduras. Infelizmente, as democracias não estão livres do mesmo método usado na Oceania de Orwell, seja por meio do Estado ou por meio de fortes ideologias que se escondem atrás de certos movimentos sociais. A liberdade de expressão, como um dos valores máximos de uma democracia, é a condição para uma sociedade verdadeiramente civilizada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Index Librorum Prohibitorum* foi interrompido. Mas a Sagrada Congregação nunca renunciou ao seu dever de fazer

recomendações sobre os livros e à sua autoridade moral de regular os hábitos de leitura dos católicos. É o que se espera de uma entidade religiosa, em que a aceitação dos dogmas é resultado de um ato de fé.

Não é o que se espera de um ambiente social laico, no entanto. Especialmente, quando ideologias se disfarçam de ciência e quando grandes corporações incorporam as vestes de inquisidores, os prejuízos à civilização não podem ser mensurados. Os extremistas e os censuradores do debate afastam os moderados, cujo limite de tolerância a agressões e perseguições é menor, se comparado aos extremistas. O resultado é que a discussão acaba por tornar-se mais polarizada do que a real distribuição da opinião pública.

A tentativa de moldar a cultura ou a sociedade revela-se na censura do debate sobre a transgeneridade. O que esperar da tentativa de moldar uma nova sociedade quando os pressupostos que sustentam a ideologia são falsos e, a rigor, desonestamente construídos? Qual melhoria buscam alcançar quando não permitem que as ideias que defendem sejam examinadas à luz da liberdade de ciência e liberdade de expressão? Qual a seriedade de uma teoria que trata dissidentes como hereges e dados científicos como blasfêmia?

Se questionamentos como estes permanecerem sem resposta, ou sequer sendo formulados, uma conclusão parece segura: aguarda-nos um novo, extenso e perigoso *Index Librorum Prohibitorum*.

REFERÊNCIAS

BOE 281. Comunidad Autónoma de Canarias. Ley 8/2014 de 28 de octubre, de no discriminación por motivos de identidad de género y de reconocimiento de los derechos de las personas transexuales. (*Boletín Oficial del Estado*, número 281, de 20-11-2014). 2014, p. 1–13.

BOESVELD, S. Becoming disabled by choice, not chance: “Transabled” people feel like impostors in their fully working bodies. *National Post*. Disponível em: <https://nationalpost.com/news/canada/becoming-disabled-by-choice-not-chance-transabled-people-feel-like-impostors-in-their-fully-working-bodies> . Acesso em: 29 mar. 2021.

BUNN, M. Reimagining repression: New censorship theory and after. *History and Theory*, v. 54, n. 1, p. 25–44, 2015.

DORNELLES, T. A. DE A. *PrisioneirXs. Transmulheres nos presídios femininos e o X do problema*. 1. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2020.

FAIR PLAY FOR WOMEN. SUPPORTING WOMEN IN DOMESTIC AND SEXUAL. Giving a voice to silenced

women : evidence from professionals and survivors. London: [s.n.]. Disponível em: www.fairplayforwomen.com

FERNANDES, R.; JEREMIAS, I. *Transexualidade em jogo: a compreensão de profissionais da educação física a respeito de atletas transgêneros nas competições esportivas oficiais*.

Disponível em:

[https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/10715/transsexualidade em jogo.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/10715/transsexualidade%20em%20jogo.pdf?sequence=1&isAllowed=y) . Acesso em: 20 jan. 2021.

HARTMANS, A. *Amazon has reinstated Hitler’s “Mein Kampf” after quietly banning the book last week*. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/amazon-hitler-mein-kampf-ban-reinstated-2020-3> . Acesso em: 28 mar. 2021.

HILTON, E. N.; LUNDBERG, T. R. Transgender Women in the Female Category of Sport: Perspectives on Testosterone Suppression and Performance Advantage. *Sports Medicine*, n. May, 2020.

HUNTER, P. Is political correctness damaging science? *EMBO reports*, v. 6, n. 5, p. 405–407, 2005.

JEFFREYS, S. *GENDER HURTS*. A feminist analysis of the politics of transgenderism. 1th. ed. London and New York: Routledge, 2014.

KNOX, E. J. M. Opposing censorship in difficult times. *Library Quarterly*, v. 87, n. 3, p. 268–276, 2017.

LENARD, M. On the origin, development and demise of the Index Librorum Prohibitorum. *Journal of Access Services*, v. 3, n. 4, p. 51–63, 2007.

LIAO, S. “#IAmGay# what about you?”: Storytelling, discursive politics, and the affective dimension of social media activism against censorship in China. *International Journal of Communication*, v. 13, p. 2314–2333, 2019.

LOURY, G. C. Self-Censorship in Public Discourse. A Theory of “Political Correctness” and Related Phenomena. *Rationality and Society*, v. 6, n. 4, p. 428–461, 1994.

MILL, J. S. *Sobre la Libertad*. Traducción del inglés por JOSEFA SAINZ PULIDO. [s.l.] Aguilar Libera los Libros, 1962.

MOLLER, D. Dilemmas of Political Correctness. *Governing Least*, v. 4, n. 1, p. 241–253, 2019.

ORWELL, G. 1984. Tradução W ed. São Paulo. Brasil: Companhia Editora Nacional, 1949.

PETLEY, J. Censoring the word. *Index on Censorship*, v. 36, n. 3, p. 180–206, 2007.

PLAMPER, J. Abolishing ambiguity: Soviet censorship practices in the 1930s. *Russian Review*, v. 60, n. 4, p. 526–544, 2001.

RAYMOND, J. G. *The Transsexual Empire*. The making of the she-male. 1994 Ed. ed. New York and London: Athene Series. Teachers College Press, 1979.

SINGH, R. The Politics Of Offense: The Phenomena Of Censorship In The Contemporary Discourse Of Literature And Media. *Literary Herald Journal*, v. 6, n. 3, p. 145–153, 2020.

SNOW, C. *ACLU Debunked!* The Real Facts About Men in Women's Sports. Disponível em: <https://adflegal.org/blog/aclu-debunked-real-facts-about-men-womens-sports> . Acesso em: 31 mar. 2021.

SOH, D. *Op-Ed: Are gender feminists and transgender activists undermining science?* Disponível em: <https://www.latimes.com/opinion/op-ed/la-oe-soh-trans-feminism-anti-science-20170210-story.html> . Acesso em: 28 mar. 2021.

THE GUARDIAN. *Academics are being harassed over their research into transgender issues.* Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2018/oct/16/academics-are-being-harassed-over-their-research-into-transgender-issues> . Acesso em: 28 mar. 2021.

VAUGHAM, J. *Twitter censors Joe Rogan podcast with renowned gender expert Dr. Debra Soh.* Disponível em: <https://thepostmillennial.com/twitter-censors-gender-expert-debra-soh> . Acesso em: 28 mar. 2021.

VIGO, J. *Trans Activists' Campaign Against 'TERFs' has Become an Attack on Science.* Disponível em: <https://quillette.com/2018/10/18/trans-activists-campaign-against-terfs-has-become-an-attack-on-science/> . Acesso em: 17 ago. 2020.